

Pentecostais querem participação popular no Congresso constituinte

Da Reportagem Local

Considerados a terceira força do cristianismo no Brasil —depois dos católicos e dos protestantes que integram as igrejas reformadas históricas—, os pentecostais, tradicionalmente avessos ao debate político público, mobilizam-se pela primeira vez, unidos a líderes de outras confissões cristãs, pela participação popular no Congresso constituinte e para que a nova Constituição favoreça a justiça social do país.

Um de seus principais dirigentes, Joacyr de Oliveira, funcionário da Câmara dos Deputados em Brasília, está entre os assinantes do documento "Evangélicos e Constituinte" —preparado no Rio de Janeiro pelo Grupo Evangélico de Debates sobre a Constituição— que começa a ser distribuído nos meios protestantes brasileiros, com críticas ao Congresso constituinte, preferindo uma As-

sembléia Nacional Constituinte exclusiva e específica.

O texto é também assinado pelos pastores Carlos Alberto Correa da Cunha, da Igreja Presbiteriana Unida, Jether Pereira Ramalho, da Igreja Evangélica Congregacional, José Carlos Torres, da Igreja Batista, Karl Brown, da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil, Laércio Alves dos Santos, da Igreja Presbiteriana do Brasil e pelo bispo Paulo Ayres Mattos, da primeira região da Igreja Metodista, do Rio de Janeiro.

Com 27 pontos, o documento afirma que o número de evangélicos no Brasil não é elevado (10 milhões de crentes) — "considerando-se o total da população, mas é representativo pois se trata de dez milhões de cidadãos organizados, unidos em torno de propósitos comuns, dominicalmente reunidos para o estudo, reflexão e adoração, presentes na área educacional, assistencial e de

ação social" e também "com opinião sobre os caminhos que o Brasil deve buscar para garantir um futuro mais feliz, mais justo e mais fraterno para seu povo".

Lembrando que há vários parlamentares evangélicos, o documento afirma que, na época eleitoral, "candidatos de todos os partidos" procuram os protestantes, "considerando-os uma significativa parcela da população". E explica que, desde sua chegada ao país —na segunda metade do século 19— os evangélicos "trouxeram um conjunto de ideais que não tinham espaço na sociedade imperial, escravocrata e latifundiária", lutando por uma nação "livre, democrática e republicana". Diz depois que, já naquela época, suas comunidades tinham dirigentes "eleitos diretamente", defendiam a "liberdade religiosa e de consciência, a separação entre Igreja e Estado, além de oportunidades iguais para todos".

CNBB divulga cartilha sobre nova Constituição

Da Reportagem Local

A nova Constituição brasileira "será tanto mais democrática quanto mais for expressão das aspirações de todos os segmentos da população" e "seu conteúdo deve estar centrado na defesa dos direitos humanos e na definição de uma ordem econômica e social justa, que abra caminhos estáveis para a vida política". É o que afirma a cartilha "Igreja e Constituinte — Subsídios para Reflexão e Ação Pastoral", que a CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) está distribuindo para todas as dioceses e movimentos pastorais a ela ligados.

Com 56 páginas, a cartilha é prefaciada pelo bispo de Bauru (SP), d. Cândido Padin, coordenador da comissão especial de assessoria à

presidência da CNBB sobre questões constitucionais. Tem dois capítulos ("Constituinte, grande momento de participação nacional" e "Constituinte e Constituição") e apresenta uma bibliografia básica sobre o tema, com livros dos juristas Dalmo Dallari e Raymundo Faoro, do historiador Caio Prado Jr. e do bispo de Duque de Caxias (RJ), d. Mauro Morelli, entre outros autores.

"A Igreja se interroga neste momento nacional —escreve d. Cândido, na introdução— em que se procura consolidar uma nova ordem democrática, para cujo advento ela não deixou de contribuir com sua ação pastoral. Este momento é de profunda transição e se tenta um pacto social que recolha as aspirações de todos os segmentos da população. A grande aspiração nacional é a plenitude da democracia".

comum". Depois de mostrar, em tom didático, o que é lei, Constituição, a história das Constituintes brasileiras, quem formula as Constituições e "por que Constituinte agora", a cartilha procura explicar "por que a Igreja mobiliza o povo".

A motivação neste sentido é buscada em textos do Concílio Vaticano 2º, de Paulo 6º e de João Paulo 2º, afirmando que "a fé e a vida humana, por causa do mistério da encarnação, estão definitivamente entrelaçadas", e que "os cristãos têm o direito e o dever de participar na construção de uma ordem social justa e humana". A cartilha diz ainda que "a hora é de mobilização para criar consciência do dever de participar, criar opinião pública e discutir o próprio conteúdo básico da lei maior de todos os brasileiros".

Uso da violência gera divisão na Igreja

Da Reportagem Local

O teólogo redentorista Márcio dos Anjos, especialista em Teologia Moral e professor do Instituto Teológico São Paulo (Itesp), afirmou ontem, às 15h, que existem duas tendências dentro do cristianismo, "de certa forma contrapostas", com relação ao uso da violência armada como forma para enfrentar sistemas políticos considerados injustos. A "Instrução sobre a Liberdade Cristã e a Libertação" do Vaticano, divulgada sábado passado, faz referência ao uso da violência em situações extremas de injustiça social.

Segundo o teólogo, há os que se convenceram de que "a violência que tomou conta da sociedade, chegando até à legalidade, só pode ser vencida com métodos igualmente violentos. Teríamos que empregar necessariamente a violência, mas com a consciência tranqüila, pois se trata de violência a serviço da justiça e fraternidade. Nesse sentido, a revolução armada, as guerrilhas, o terrorismo se justificariam enquanto método e única alternativa de se construir a justiça".

Já um outro grupo de cristãos "propõe como método a não-violência ativa, para construir a fraternidade num mundo de violentos", disse Márcio dos Anjos. Segundo o teólogo, "essa proposta assume inicialmente a atitude de repugnância em usar dos

Lefebvre condena documento do Vaticano

Das agências internacionais

O arcebispo francês Marcel Lefebvre, suspenso por Roma de suas funções sacerdotais em 1976, condenou o documento "Instrução sobre Liberdade Cristã e Libertação", divulgado sábado, no Vaticano, pelo prefeito da Congregação para a Doutrina da Fé, cardeal Joseph Ratzinger, e publicado na íntegra pela Folha em sua edição de domingo. Lefebvre criticou especialmente a parte do texto que considera a luta armada como "último recurso" contra "uma tirania evidente e prolongada".

O arcebispo, um dos líderes da corrente "conservadora" da Igreja,

mesmos meios com que se estabelece a injustiça", procurando sempre descartar os métodos violentos "como inadequados à construção da fraternidade". Márcio dos Anjos disse que d. Hélder Câmara exemplifica essa tendência.

Lembrando que os últimos papas têm defendido os métodos não violentos —o que também ocorre com o novo documento do Vaticano sobre "Libertação"—, Márcio dos Anjos afirmou, porém, que o trecho da "Instrução" sobre "insurreição revo-

disse que a Teologia da Libertação levará à "instauração, cedo ou tarde, do comunismo na América do Sul". Afirmou que "os que sofreram no Chile durante o governo do presidente Salvador Allende não querem mais isso".

Lefebvre fez as afirmações antecorrem, ao participar da inauguração das torres de um convento carmelita em Ruffec, região central da França. Ele acrescentou que não se pode justificar a luta armada, mesmo sendo como último recurso contra uma tirania, e que "a Igreja sempre defendeu a justiça e a caridade, mas não deve pretender derrocar toda autoridade por princípio".

lucionária" "retoma um posicionamento tradicionalmente assumido pela Teologia, reconhecendo que, em situações extremas, prevalece sempre a defesa dos direitos fundamentais do homem".

Para Márcio dos Anjos, as referências da "Instrução" do Vaticano ao problema da violência querem chamar a atenção sobre "o projeto ou objetivo que as pessoas e grupos sociais buscam com a força e sobre a metodologia com que a força é usada a serviço desse projeto".